

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2022, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 4,9 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 3,4% em relação ao exercício de 2021, com destaque para a classe industrial, que teve queda de 8,1%.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se

tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022:

Em 08 de abril de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.018, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em 12,77%, sendo 11,54% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 1,23% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 14,97% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 7,27% e da Parcela B de 4,27%.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução MME nº 3/2021, entrou em vigor a "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que ficou em vigor até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

Em 12 de julho de 2022, a Aneel decretou uma revisão tarifária extraordinária, por meio da Resolução Homologatória nº 3.058, e reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em -2,44%, referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário. Após a

revisão extraordinária, o reajuste tarifário corresponde a um efeito médio de 12,53% percebido pelos consumidores.

3. Desempenho operacional

Cientes: a CPFL Paulista encerrou o ano com 4,9 milhões de clientes, com acréscimo de 93 mil consumidores, representando um crescimento de 2,0%.

Vendas de energia

Em 2022, as vendas para o mercado cativo totalizaram 19.481 GWh, uma queda de 3,4% em relação a 2021.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2022 foi de 51,6% para a classe residencial, 18,8% para a classe comercial e 9,5% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- Classe Residencial: redução de 1,6%, refletindo principalmente o aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída), a volta da mobilidade, após a pandemia de Covid-19 e temperaturas mais baixas. Esses impactos foram parcialmente compensados pelo incremento de unidades consumidoras em 2022 em relação a 2021;
- Classe Comercial: crescimento de 0,7%, refletindo a volta da mobilidade após a pandemia de Covid-19 e a reclassificação de alguns consumidores, devido à REN 901/2021. Esse crescimento foi compensado pela migração de alguns clientes para o mercado livre;
- Classe Industrial: queda de 8,1%, refletindo um desempenho mais tímido da indústria nacional, o aumento da geração distribuída e a migração de clientes para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2022, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Paulista obteve em 2022 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 74,8 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, um aumento de 2,2 pontos (3,0%) em relação ao resultado de 2021, e que manteve a empresa acima da média nacional, que foi de 67,0 pontos.

Fornecimento de energia: a CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2022, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 5,25 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,56 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 21.469 milhões em 2022, representando uma redução de 4,7% (R\$ 1.069 milhões), decorrente das seguintes reduções: (i) de R\$ 1.619 milhões no ativo e passivo financeiro setorial, passando de um ativo de R\$ 1.516 milhões para um passivo de R\$ 103 milhões; (ii) de 3,1% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 483 milhões); (iii) de 59,9% no suprimento de energia elétrica (R\$ 417 milhões); parcialmente compensadas pelos seguintes aumentos: (iv) de 57,6% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 747 milhões); (v) de 14,3% em outras receitas (R\$ 423 milhões); e (vi) de 60,7% de atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 281 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 6.571 milhões em 2022, representando uma redução de 10,1% (R\$ 735 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 14.898 milhões em 2022, representando uma queda de 2,2% (R\$ 333 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2022, o EBITDA foi de R\$ 2.941 milhões, representando um aumento de 19,2% (R\$ 474 milhões), devido à redução de 19,5% no custo com energia elétrica (R\$ 1.957 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelas seguintes variações: (i) aumento de 57,6% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 747 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (ii) aumento de 27,8% (R\$ 404 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). O aumento no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 10,6% (R\$ 46 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 33,1% (R\$ 28 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 5,7% (R\$ 25 milhões) nas despesas com serviços de terceiros.
- ✓ Aumento de 66,7% (R\$ 223 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 50,9% (R\$ 81 milhões) no item Entidade de Previdência Privada;

Além disso, houve uma redução de 2,2% na Receita Operacional Líquida (R\$ 333 milhões).

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2022	2021
Lucro Líquido	707.238	1.312.746
Amortização	380.320	317.568
Resultado Financeiro	1.247.662	209.558
Contribuição Social	157.457	170.621
Imposto de Renda	448.542	456.604
EBITDA	2.941.219	2.467.096

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 707 milhões em 2022, representando uma redução de 46,1% (R\$ 606 milhões), refletindo o aumento de 495,4% no resultado financeiro líquido (R\$ 1.038 milhões), já considerando o impacto da transação para a extinção dos processos fiscais do "Plano de Pensão", com impacto na despesa financeira no montante de R\$ 908 milhões. Além disso, temos os seguintes impactos: (i) aumento de 19,8% na amortização (R\$ 63 milhões); e (ii) redução de 3,4% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 21 milhões).

Endividamento: no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 9.424 milhões, representando um aumento de 48,3%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 2.032 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão Ambiental: A empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental certificado na norma ISO 14001 que abrange ações para garantir a conformidade com a legislação e normas vigentes, a melhoria contínua dos processos e o gerenciamento adequado dos riscos identificados. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar a qualidade ambiental nos municípios de sua área de concessão, como o Arborização + Segura.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos;

iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2022, temos como principal destaque a obtenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a premiação ABRADÉE 2022 da CPFL Piratininga no quesito Responsabilidade Socioambiental; a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, bem como dos demais normativos internos, e ainda, a formalização de procedimentos de *due diligence*, *background check* e *compliance risk assessment*; a aplicação da metodologia do CRA (*Compliance Risk Assessment*) para todas as diretorias da empresa; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 11 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Integridade e diversidade”, “Comportamento íntegro durante o período eleitoral”, “Assédio moral e sexual”, e “Comportamento íntegro e o combate à corrupção”, dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos, emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*, e aplicação do formulário de conflito de interesses.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Paulista atua, em 2022 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 15 cidades, beneficiando 14 mil jovens, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo. **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar em 6 cidades, beneficiando cerca de 500 mil pessoas. **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 598 mil pessoas. **(iv) Circuito CPFL:** retomadas as atividades presenciais do Circuito CPFL, que realizou 4 corridas do Circuito CPFL Energia, 16 sessões de cinema com o CineSolar e 7 Concertos de Música Contemporânea em parceria com a EPTV. Ao todo o Circuito CPFL passou por 26 cidades, alcançando cerca de 14 mil pessoas. **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** produzidas 26 gravações e exibidos 102 programas na grade da TV Cultura com audiência de mais de 23 milhões de expectadores. Nos canais do Instituto CPFL e do Café Filosófico no Youtube, 127 novos vídeos foram publicados com alcance durante o ano de 180 milhões de pessoas. **(vi) Outros investimentos sociais:** Através do apoio aos projetos voltados para pessoas com deficiência (PRONAS), em 2022 foram beneficiadas 1.301 pessoas em 3 cidades. **(vii) Voluntariado:** O programa atendeu 4 ONGs ao longo do ano. Em 2022, 806 pessoas foram beneficiados. **(viii) Eficiência energética (0,5% da ROL):** Em 2022 foram investidos mais de R\$ 49,0 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 6,5 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 2.876 clientes; substituição de (b) 115.468 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED). Foi também executado projeto educacional (c) CPFL nas Escolas, que capacitou 39.328 alunos e 1.891 professores do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 2,7 milhões. (d) Também desenvolveu a segunda edição da Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE), que teve a participação de 7.219 alunos da distribuidora, contou com a premiação de 8 notebooks e 1.400 medalhistas. (e) Os projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 17.846 pontos de Iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 12,8 milhões. Por fim, (f) investiu R\$ 19,4 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2022, treinamos 3.965 colaboradores da base ativa, 94% já passou por algum treinamento. Foram 171.509 mil horas de treinamento. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitas ao longo do ano, foram 207 participantes, 184 aprovados, 127 admitidos (9 mulheres e 118 homens) sendo 94% dos participantes aprovados x 69% contatados.

Rede de Valor: Em 2022, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 145 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Econômico 2022, Plano Estratégico CPFL, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Práticas de Gestão, Sustentabilidade, Mercado Livre de Energia e Segurança do Trabalho.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022

Serviços de Tecnologia da Informação - Segurança da Informação

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.251.307	222.610
Títulos e valores mobiliários	6	600.000	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.996.551	2.256.837
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	364.549	463
Outros tributos a compensar	8	235.090	81.979
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	788.042	532.097
Derivativos	32	143.474	212.159
Ativo financeiro setorial	9	146.971	1.266.053
Estoques		19.519	13.635
Outros ativos	12	434.288	633.994
Total do circulante		5.979.791	5.219.827
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	70.426	70.350
Depósitos judiciais	21	108.914	391.381
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.101	2.101
Outros tributos a compensar	8	276.088	108.037
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	3.125.496	3.713.293
Ativo financeiro setorial	9	33.936	297.327
Derivativos	32	63.947	431.367
Créditos fiscais diferidos	10	-	45.237
Ativo financeiro da concessão	11	7.772.666	5.340.203
Outros ativos	12	10.397	14.867
Ativo contratual	13	704.103	831.454
Intangível	14	1.852.005	1.786.710
Total do não circulante		14.020.078	13.032.326
Total do ativo		19.999.870	18.252.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	15	1.401.204	1.825.611
Empréstimos e financiamentos	16	1.861.294	771.157
Debêntures	17	260.095	289.877
Entidade de previdência privada	18	451.846	376.894
Taxas regulamentares	19	30.347	265.027
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	-	46.750
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	141.833	436.134
Dividendo e juros sobre capital próprio	29	168.157	31.260
Obrigações estimadas com pessoal		52.304	45.713
Derivativos	32	18.228	-
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	581.689	-
Outras contas a pagar	22	620.402	583.291
Total do circulante		5.587.399	4.671.713
Não circulante			
Fornecedores	15	-	3.683
Empréstimos e financiamentos	16	3.140.870	3.956.184
Debêntures	17	4.336.384	1.981.256
Entidade de previdência privada	18	1.017.976	1.610.332
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	40.319	32.001
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	1.007.138	-
Débitos fiscais diferidos	10	124.066	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	209.080	165.153
Derivativos	32	14.350	-
Passivo financeiro setorial	9	92.155	-
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	3.194.856	4.245.390
Outras contas a pagar	22	41.596	35.408
Total do não circulante		13.218.792	12.029.407
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		1.360.797	1.343.323
Reserva de capital		91.818	109.293
Reserva legal		272.158	237.550
Reserva de lucros a realizar		484.672	-
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		264.972	264.972
Dividendo		-	1.139.828
Resultado abrangente acumulado		(1.280.740)	(1.543.932)
Total do patrimônio líquido		1.193.678	1.551.033
Total do passivo e do patrimônio líquido		19.999.870	18.252.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	25	14.898.408	15.231.535
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	26	(8.057.034)	(10.014.475)
Custo com operação		(1.211.516)	(977.036)
Amortização		(326.821)	(274.756)
Outros custos com operação	27	(884.696)	(702.280)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	(2.045.157)	(1.302.663)
Lucro operacional bruto		3.584.701	2.937.360
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(360.765)	(379.101)
Amortização		(2.345)	(2.106)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(137.577)	(155.374)
Outras despesas com vendas	27	(220.843)	(221.622)
Despesas gerais e administrativas		(612.391)	(389.126)
Amortização		(51.154)	(40.706)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(561.237)	(348.420)
Outras despesas operacionais		(50.646)	(19.604)
Outras despesas operacionais	27	(50.646)	(19.604)
Resultado do serviço		2.560.898	2.149.528
Resultado financeiro	28		
Receitas financeiras		847.898	379.060
Despesas financeiras		(2.095.560)	(588.618)
		(1.247.662)	(209.558)
Lucro antes dos tributos		1.313.236	1.939.971
Contribuição social		(157.457)	(170.621)
Imposto de renda		(448.542)	(456.604)
		(605.999)	(627.225)
Lucro líquido do exercício		707.238	1.312.746
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	0,80	1,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	707.238	1.312.746
Outros resultados abrangentes	263.192	(81.723)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	266.519	(71.980)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(3.327)	(9.743)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>970.430</u></u>	<u><u>1.231.023</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.325.848	126.767	171.913	676.972	-	-	(1.462.209)	-	839.291
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.312.746	1.312.746
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(71.980)	-	(71.980)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(9.743)	-	(9.743)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	65.637	-	-	-	-	(65.637)	-
Reversão de reserva de capital de giro	-	-	-	(412.000)	-	-	-	-	(412.000)
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	1.139.828	-	(1.139.828)	-
Juros sobre o capital próprio - AGE de 26/08/2021 e 31/12/2021	-	-	-	-	-	-	-	(107.281)	(107.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.343.323	109.293	237.550	264.972	-	1.139.828	(1.543.932)	-	1.551.033
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	707.238	707.238
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	266.519	-	266.519
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(3.327)	-	(3.327)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	34.609	-	-	-	-	(34.609)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	484.672	-	-	(484.672)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(1.139.828)	-	-	(1.139.828)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(55.957)	(55.957)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(132.000)	(132.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.360.797	91.818	272.158	264.972	484.672	-	(1.280.740)	-	1.193.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes dos tributos	1.313.236	1.939.971
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	380.320	317.568
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	82.091	82.128
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137.577	155.374
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	839.981	26.707
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	241.519	160.049
Perda (ganho) na baixa de não circulante	47.753	16.502
Outros	382.053	-
	3.424.530	2.698.299
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(64.955)	(561.762)
Tributos a compensar	212.064	(53.363)
Depósitos judiciais	233.045	18.829
Ativo financeiro setorial	547.976	(1.128.570)
Contas a receber - CDE	(12.305)	(25.938)
Outros ativos operacionais	482.846	(90.167)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(428.090)	194.303
Outros tributos e contribuições sociais	(558.721)	24.390
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(429.617)	(269.993)
Taxas regulamentares	243	223.551
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(56.818)	(74.755)
Passivo financeiro setorial	64.499	(227.334)
Contas a pagar - CDE	-	(6.921)
Outros passivos operacionais	(494)	109.084
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	3.414.204	829.653
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(449.277)	(196.714)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(734.650)	(466.598)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.230.277	166.341
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(751.665)	(17.044)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	137.828	708.518
Adições de ativo contratual	(2.032.299)	(1.275.257)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(2.646.136)	(583.783)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	5.040.870	571.400
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(2.379.241)	(147.832)
Liquidação de operações com derivativos	(45.983)	(19.120)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(1.171.088)	(702.771)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	1.444.558	(298.323)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.028.698	(715.765)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	222.610	938.375
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.251.307	222.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
1 - Receita	21.331.619	22.382.419
1.1 Receita de venda de energia e serviços	19.426.745	21.241.925
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	2.042.451	1.295.868
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(137.577)	(155.374)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(12.051.976)	(13.132.001)
2.1 Custo com energia elétrica	(9.017.210)	(11.098.635)
2.2 Material	(1.279.932)	(849.879)
2.3 Serviços de terceiros	(1.218.005)	(867.958)
2.4 Outros	(536.829)	(315.529)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	9.279.644	9.250.418
4 - Retenções	(382.090)	(319.397)
4.1 Amortização	(382.090)	(319.397)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	8.897.554	8.931.020
6 - Valor adicionado recebido em transferência	886.836	400.480
6.1 Receitas financeiras	886.836	400.480
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	9.784.390	9.331.501
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	732.982	593.068
8.1.1 Remuneração direta	280.646	251.271
8.1.2 Benefícios	429.720	322.307
8.1.3 F.G.T.S	22.616	19.490
8.2 Impostos, taxas e contribuições	6.226.429	6.820.052
8.2.1 Federais	3.939.481	3.577.011
8.2.2 Estaduais	2.276.855	3.233.782
8.2.3 Municipais	10.092	9.260
8.3 Remuneração de capital de terceiros	2.117.741	605.634
8.3.1 Juros	2.116.819	602.862
8.3.2 Aluguéis	922	2.773
8.4 Remuneração de capital próprio	707.238	1.312.746
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	132.000	107.281
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	55.957	1.139.828
8.4.3 Lucros retidos	519.281	65.637
	9.784.390	9.331.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,9 milhões de consumidores.

1.1 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a conseqüente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpf.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 32);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Imposto de renda e contribuição social a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das

obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por

impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos

com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;

- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares - nota 25.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 32, na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26)

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados

através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos bancários	44.944	54.650
Aplicações financeiras	<u>1.206.363</u>	<u>167.960</u>
Títulos de crédito privado (a)	1.206.363	137.501
Operações compromissadas (b)	-	30.459
Total	<u>1.251.307</u>	<u>222.610</u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 804.068 (R\$ 137.501 em 31 de dezembro de 2021) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 402.296 realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 85,18% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (86,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média 86,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação direta	<u>600.000</u>	-
Total	<u>600.000</u>	<u>-</u>

Representa títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 100% do CDI.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Classes de consumidores					
Residencial	419.637	311.675	58.123	789.435	989.819
Industrial	37.883	22.712	53.130	113.725	120.955
Comercial	89.012	39.934	11.873	140.820	169.647
Rural	37.089	10.752	3.284	51.124	58.327
Poder público	40.370	3.846	947	45.163	53.742
Iluminação pública	61.643	1.329	1.449	64.420	90.426
Serviço público	33.774	7.106	12.138	53.017	65.674
Faturado	719.408	397.353	140.944	1.257.705	1.548.590
Não faturado	738.623	-	-	738.623	666.822
Parcelamento de débito de consumidores	99.637	36.862	26.674	163.173	209.030
Operações realizadas na CCEE	38.864	-	-	38.864	229.319
Concessionárias e permissionárias	3.797	-	-	3.797	16.235
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(5.356)	-	-	(5.356)	(187.392)
Outros	18	-	-	18	-
	1.594.990	434.216	167.618	2.196.824	2.472.603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(200.272)	(215.766)
Total				1.996.551	2.256.837
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	65.422	-	-	65.422	65.347
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
Total	70.426	-	-	70.426	70.350

Parcelamento de débitos de consumidores – refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica: criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) ofereceu descontos aos consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2020	(155.820)	(8.223)	(164.044)
Provisão revertida (constituída) líquida	(250.636)	(778)	(251.414)
Recuperação de receita	96.040	-	96.040
Baixa de contas a receber provisionadas	94.650	-	94.650
Saldo em 31/12/2021	(215.766)	(9.001)	(224.767)
Provisão revertida (constituída) líquida	(239.647)	199	(239.448)
Recuperação de receita	101.871	-	101.871
Baixa de contas a receber provisionadas	153.270	-	153.270
Saldo em 31/12/2022	(200.272)	(8.802)	(209.074)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	90.649	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	259.380	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.520	463
Imposto de renda e contribuição social a compensar	364.549	463
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	4.448	10.423
ICMS a compensar	214.475	68.893
Programa de integração social - PIS	11.836	1.161
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.205	1.383
Outros	125	119
Outros tributos a compensar	235.090	81.979
Total circulante	599.639	82.442
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	556	556
Imposto de renda a compensar - IRPJ	1.545	1.545
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.101	2.101
ICMS a compensar	165.838	108.037
Programa de integração social - PIS	110.250	-
Outros tributos a compensar	276.088	108.037
Total não circulante	278.189	110.138

Antecipações de Contribuição social – CSLL e Imposto de renda – IRPJ – refere-se ao recolhimento a maior de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2022.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Imposto de renda e Contribuição social a compensar - no não circulante, refere-se basicamente à crédito fiscal constituído.

ICMS a compensar – refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros e redução na utilização mensal dos créditos em função da redução e isenção de alíquota (nota 25.5).

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	138.062	93.074
COFINS sobre ICMS	649.980	439.023
Total circulante	788.042	532.097
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	560.028	664.212
COFINS sobre ICMS	2.565.468	3.049.081
Total não circulante	3.125.496	3.713.293
Passivo	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	581.689	-
Total circulante	581.689	-
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	3.194.856	4.245.390
Total não circulante	3.194.856	4.245.390

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 4.087.795. Considerando o reajuste tarifário de abril de 2022 e a RTE de 13 de julho de 2022, onde foram repassados os valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 773.880 (nota 9) restando assim no passivo com consumidores, o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.776.545 (R\$ 4.245.390 em 31 de dezembro de 2021). Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta que até dezembro de 2022 já foram compensados junto à Receita Federal o montante de R\$ 646.882, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.913.538 (R\$ 4.245.390 em 31 de dezembro de 2021).

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005), porém a Companhia já havia registrado ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores dada à similaridade do caso à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei n. 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Resultado operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento			Saldo em 31/12/2022		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Conta de comercialização de Itaipu	Conta de escassez hídrica	CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	1.177.374	81.967	1.259.341	(431.760)	(510.766)	93.812	-	-	-	-	(345.192)	255.371	(89.821)
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(80.185)	4.626	(75.559)	299.021	(50.685)	(2.221)	-	-	(348.998)	(201.162)	22.721	(178.441)	
Custos energia elétrica	(96.861)	(59.486)	(156.347)	(1.293.478)	613.261	(63.502)	-	-	(49.528)	(713.935)	(235.659)	(949.594)	
ESS e EER (***)	705.121	21.044	726.166	(671.241)	(353.938)	22.831	-	-	(101.923)	(443.814)	165.508	(278.306)	
Proimfa	992	3.934	4.927	43.937	(35.929)	4.008	-	-	-	-	3.491	13.463	16.944
Rede básica	44.293	31.494	75.787	172.843	(59.261)	8.234	-	-	-	-	187.253	10.350	197.603
Repasse de Itaipu	758.732	88.996	847.728	302.630	(743.887)	102.110	-	-	-	-	188.437	320.143	508.580
Transporte de Itaipu	1.126	4.116	5.242	14.526	(3.959)	530	-	-	-	-	16.219	119	16.338
Neutralidade dos encargos setoriais	(75.582)	(2.238)	(77.820)	(84.688)	40.711	(4.636)	-	-	-	-	(112.115)	(14.318)	(126.434)
Sobrecontratação	(80.262)	(10.518)	(90.780)	684.843	82.920	26.658	-	-	-	-	730.587	(26.946)	703.641
Bandeira Tarifária Faturada	-	-	-	(152)	-	-	-	-	-	-	(152)	-	(152)
Outros componentes financeiros	310.085	(6.047)	304.039	473.438	365.833	52.836	(773.880)	(8.707)	(234.987)	-	363.636	(185.064)	178.572
Devolução do crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	526.697	-	(773.880)	-	-	-	-	(247.182)	(247.182)
Outros	310.085	(6.047)	304.039	473.438	(160.864)	52.836	-	(8.707)	(234.987)	-	363.636	62.119	425.755
Total	1.487.459	75.920	1.563.380	41.678	(144.933)	146.649	(773.880)	(8.707)	(386.438)	(348.998)	18.444	70.307	88.752
Ativo circulante	-	-	1.266.053	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146.971
Ativo não circulante	-	-	297.327	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.936
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.155)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS: No RTA de 05 de abril de 2022, conforme Resolução Homologatória ("REH") nº 3.018, foi considerado o passivo regulatório, decorrente da antecipação de créditos de PIS/COFINS, relativo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 400.000. Adicionalmente em 13 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.058, relativa à revisão tarifária extraordinária – RTE e incluiu para devolução aos consumidores o montante de R\$ 373.880, este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução aos consumidores e no segundo trimestre foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais (nota 8.1). **(ii) Outros:** (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica e (ii) diferimento de ativos regulatórios (Parcela B).

Recebimento da conta de Comercialização de Itaipu: conforme disposto no Decreto nº 10.665/21, em função do saldo positivo da Conta de Comercialização de ITAIPU em 2020, a Companhia recebeu aporte adicional no primeiro semestre de 2022, no valor de R\$ 8.707, devido à mitigação do reajuste tarifário de abril de 2021. Tal recurso será cobrado posteriormente de todos os consumidores para devolução à Conta de Comercialização de ITAIPU, quando então será oferecido como bônus aos consumidores residenciais e rurais, nos termos do art. 21 da Lei nº 10.438/02.

Recebimento - Conta de escassez hídrica:

O Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta de

Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022.

A Companhia manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022, com recebimento de R\$ 386.438 no segundo trimestre de 2022, para cobrir os custos com: i) "Importação de Energia" com repasse de R\$ 49.528; ii) "Custo do Bônus de Redução Incentivada" com repasse de R\$ 101.923 e iii) Diferimento do processo tarifário de 2021" com repasse de R\$ 234.987.

Recebimento – CDE Eletrobrás:

Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho de 2022, cujo valor de R\$ 348.998 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959.

Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico – MCSE:

A ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") para ativo ou passivo financeiro setorial, antes era registrada em taxas regulamentares (nota 19), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido).

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos e (débitos) fiscais:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	22.743	27.369
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(55.584)</u>	<u>(15.394)</u>
Subtotal	<u>(32.841)</u>	<u>11.974</u>
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	63.175	76.024
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(154.400)</u>	<u>(42.762)</u>
Subtotal	<u>(91.225)</u>	<u>33.262</u>
Total	<u>(124.066)</u>	<u>45.237</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3,0% ao ano.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19.935	55.376	15.727	43.687
Entidade de previdência privada	6.438	17.884	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.817	52.269	20.229	56.192
Provisão energia livre	8.477	23.547	7.657	21.269
Programas de P&D e eficiência energética	8.341	23.168	10.447	29.020
Provisão relacionada a pessoal	2.728	7.578	2.559	7.109
Marcação a Mercado- Derivativos	2.997	8.324	2.341	6.502
Marcação a Mercado- Dívidas	(3.131)	(8.698)	(3.195)	(8.875)
Derivativos	(18.757)	(52.103)	(60.520)	(168.112)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.255)	(3.487)	(1.511)	(4.196)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(199.503)	(554.174)	(132.555)	(368.207)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Outros	1.078	2.995	9.009	25.025
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	76.702	213.061	93.322	259.228
Marcação a Mercado- Derivativos	24	68	262	729
Marcação a Mercado- Dívidas	(88)	(244)	(780)	(2.166)
Total	(55.584)	(154.400)	(15.394)	(42.762)

10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

<u>Expectativa de recuperação</u>	
2023	120.014
2024	72.835
2025	61.062
2026	46.754
2027	416.708
Total	<u>717.373</u>

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.313.236	1.313.236	1.939.971	1.939.971
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	491	-	726	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(13.498)	(13.498)	(19.295)	(19.295)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	90.581	90.581	83.407	83.407
Despesa Juros sobre o capital próprio	(132.000)	(132.000)	(107.281)	(107.281)
Transação tributária - contencioso judicial (nota 20)	455.013	546.527	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	22.426	(10.994)	(1.743)	(70.384)
Base de cálculo	1.736.249	1.793.852	1.895.785	1.826.418
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(156.262)	(448.463)	(170.621)	(456.604)
Provisão para riscos fiscais	(1.194)	(79)	-	-
Total	(157.457)	(448.542)	(170.621)	(456.604)
Corrente	(128.808)	(368.961)	(136.284)	(361.222)
Diferido	(28.649)	(79.581)	(34.337)	(95.382)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Realização correção monetária complementar - Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei nº 8.200/1990, não dedutível para fins de apuração da contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 108.230 (R\$ 129.719 em 2021) referem-se a (i) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2021); (ii) diferenças temporárias R\$ 90.755 (R\$ 112.244 em 2021).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	(329.306)	(329.306)	(69.452)	(69.452)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	29.638	82.327	6.251	17.363
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	(13.018)	(36.160)	31.187	86.631
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	16.620	46.167	37.438	103.994
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	5.041	5.041	14.762	14.762
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	(454)	(1.260)	(1.329)	(3.691)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	16.166	44.907	36.109	100.304

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2020	4.159.774
Transferência - ativo contratual	734.609
Transferência - intangível em serviço	(759)
Ajuste ao valor justo	476.860
Baixas	<u>(30.281)</u>
Saldo em 31/12/2021	5.340.203
Transferência - ativo contratual	1.731.574
Transferência - intangível em serviço	(14.162)
Ajuste ao valor justo	767.121
Baixas	<u>(52.069)</u>
Saldo em 31/12/2022	<u>7.772.666</u>

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício.

Em 2022, o valor das baixas de R\$ 52.069 (R\$ 30.281 em 2021) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 23.252 (R\$ 13.856 em 2021) e a baixa do ativo de R\$ 28.817 (R\$ 16.425 em 2021).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - Plano de previdência privada	-	3.039	-	5.751
Adiantamentos - fornecedores	2.420	-	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	24.262	9.360	-	-
Ordens em curso	194.418	216.605	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	164	164
Serviços prestados a terceiros	11.804	19.500	-	-
Despesas antecipadas	39.699	45.775	6.426	7.419
Contas a receber - CDE	95.616	83.311	-	-
Adiantamentos a funcionários	7.170	6.461	-	-
Arrendamentos e alugueis	36.684	27.572	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 7)	8	187.396	-	-
Outros	31.009	43.975	3.807	1.534
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	<u>(8.802)</u>	<u>(9.001)</u>	-	-
Total	<u>434.288</u>	<u>633.994</u>	<u>10.397</u>	<u>14.867</u>

Ordens em curso – compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

Despesas antecipadas - refere-se a antecipação de despesas com licença de *software* e PROINFA.

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 20.104 (R\$ 15.859 em 31 de dezembro de 2021) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 70.642 (R\$ 67.452 em 31 de dezembro de 2021) (nota 25.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 4.870.

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2020	587.106
Adições	1.292.582
Transferência - Intangível em serviço	(313.625)
Transferência - Ativo financeiro	(734.609)
Saldo em 31/12/2021	831.454
Adições	2.056.764
Transferência - Intangível em serviço	(452.541)
Transferência - Ativo financeiro	(1.731.574)
Saldo em 31/12/2022	704.103

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2020	1.805.639	1.618	1.807.257
Custo histórico	5.865.713	9.555	5.875.268
Amortização acumulada	(4.060.074)	(7.937)	(4.068.011)
Amortização	(318.817)	(580)	(319.397)
Transferência - ativo contratual	313.625	-	313.625
Transferência - ativo financeiro	759	-	759
Baixa e transferência - outros ativos	(15.534)	-	(15.534)
Saldo em 31/12/2021	1.785.672	1.038	1.786.710
Custo histórico	5.932.746	9.555	5.942.301
Amortização acumulada	(4.147.074)	(8.517)	(4.155.591)
Amortização	(378.990)	(405)	(379.395)
Transferência - ativo contratual	452.373	168	452.541
Transferência - ativo financeiro	14.162	-	14.162
Baixa e transferência - outros ativos	(22.012)	-	(22.012)
Saldo em 31/12/2022	1.851.204	801	1.852.005
Custo histórico	6.205.731	9.723	6.215.454
Amortização acumulada	(4.354.527)	(8.922)	(4.363.449)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2022 foram capitalizados R\$ 22.695 (R\$ 15.495 em 2021), a uma taxa média de 7,13% a.a. (7,19% a.a. em 2021) (nota 28).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2022 e 2021, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	491	441.586
Suprimento de energia elétrica	763.298	875.791
Encargos de uso da rede elétrica	212.486	147.747
Materiais e serviços	282.655	233.898
Energia livre	142.274	126.589
Total	<u>1.401.204</u>	<u>1.825.611</u>
Não circulante		
Materiais e serviços	-	3.683
Total	<u>-</u>	<u>3.683</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Captação</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Encargos, atualização monetária e marcação a mercado</u>	<u>Atualização cambial</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	1.597.271	263.107	(84.905)	190.307	-	(80.105)	1.885.675
CDI	-	650.000	-	50.728	-	-	700.728
Gastos com captação	(13.378)	(2.315)	-	2.975	-	-	(12.719)
Total moeda nacional	<u>1.583.893</u>	<u>910.792</u>	<u>(84.905)</u>	<u>244.010</u>	<u>-</u>	<u>(80.105)</u>	<u>2.573.684</u>
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.656.930	197.000	(395.434)	40.542	(108.595)	(39.740)	1.350.703
Euro	1.530.681	-	(238.224)	5.662	(178.646)	(5.929)	1.113.544
Marcação a mercado	(44.162)	-	-	8.396	-	-	(35.767)
Total moeda estrangeira	<u>3.143.449</u>	<u>197.000</u>	<u>(633.658)</u>	<u>54.599</u>	<u>(287.241)</u>	<u>(45.670)</u>	<u>2.428.480</u>
Total	<u>4.727.341</u>	<u>1.107.792</u>	<u>(718.563)</u>	<u>298.609</u>	<u>(287.241)</u>	<u>(125.775)</u>	<u>5.002.164</u>
Circulante	771.157						1.861.294
Não circulante	3.956.184						3.140.870

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	978.388	571.400	(77.138)	174.609	-	(49.988)	1.597.271
Gastos com captação	(15.775)	-	-	2.396	-	-	(13.378)
Total moeda nacional	962.614	571.400	(77.138)	177.005	-	(49.988)	1.583.893
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.612.275	-	(70.693)	45.675	114.907	(45.234)	1.656.930
Euro	1.547.419	-	-	8.625	(16.724)	(8.639)	1.530.681
Marcação a mercado	(37.977)	-	-	(6.185)	-	-	(44.162)
Total moeda estrangeira	3.121.717	-	(70.693)	48.115	98.183	(53.873)	3.143.449
Total	4.084.330	571.400	(147.832)	225.120	98.183	(103.860)	4.727.341
Circulante	149.589						771.157
Não circulante	3.934.741						3.956.184

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74% (a)	1.885.675	1.597.271	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CDI					
Notas Comerciais	CDI+0,96%	700.728	-	2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(12.719)	(13.378)		
Total moeda nacional		2.573.684	1.583.893		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131) (*)	US\$ + Libor 3 meses + 0,99%	309.123	329.258	2023 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 2,39% a 3,66%	1.041.580	1.327.672	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		1.350.703	1.656.930		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,43% a 0,79%	1.113.544	1.530.681	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(35.767)	(44.162)		
Total moeda estrangeira		2.428.480	3.143.449		
Total		5.002.164	4.727.342		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratos em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

(*) A Companhia possui empréstimo em moeda estrangeira atrelado a Libor, e apesar de a taxa Libor ser descontinuada em junho de 2023, esta mudança não trará impactos nas demonstrações financeiras, pois temos um SWAP nos mesmos termos do empréstimo que anula a exposição da Libor trocando-a por CDI. A Administração da Companhia está avaliando junto à Instituição financeira qual indexador irá substituir a Libor.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis as dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a

mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 35.767 (R\$ 44.162 em 31 de dezembro de 2021) que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 33.568 (perdas de R\$ 28.923 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 2.199 (R\$ 15.239 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2024	994.245
2025	777.664
2026	172.298
2027	1.225.204
Subtotal	3.169.411
Marcação a mercado	(28.541)
Total	3.140.870

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Varição acumulada %</u>		<u>% da dívida</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IPCA	5,79	10,06	37,44	33,50
CDI	13,65	4,40	62,56	66,50
			100,00	100,00

Adições no exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Total aprovado</u>	<u>Liberado em 2022</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização de Principal</u>	<u>Destinação do recurso</u>	<u>Encargo financeiro e taxa efetiva anual</u>
Moeda nacional - IPCA - BNDES						
BNDES Direto	312.596	62.521	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%
BNDES Direto	1.002.912	200.587	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,34%
Moeda nacional - CDI						
Notas Comerciais	650.000	647.685	Parcela única em outubro de 2024	Parcela única em outubro de 2024	Investimento	CDI + 0,96%
Moeda Estrangeira						
Empréstimo bancário Lei 4131	197.000	197.000	Semestral	Parcela única em Outubro de 2025	Capital de Giro	USD + 4,845%
	<u>2.162.507</u>	<u>1.107.792</u>				

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.391.713	3.942.000	(1.380.000)	287.144	(281.739)	3.959.118
IPCA	888.485	-	(280.678)	86.847	(41.763)	652.891
Gastos com captação	(9.066)	(8.922)	-	2.458	-	(15.530)
Total	2.271.133	3.933.078	(1.660.678)	376.449	(323.502)	4.596.479
Circulante	289.877					260.095
Não circulante	1.981.256					4.336.384

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	1.382.428	64.183	(54.898)	1.391.713
IPCA	804.799	121.642	(37.955)	888.485
Gastos com captação	(10.816)	1.750	-	(9.066)
Total	2.176.411	187.575	(92.854)	2.271.133
Circulante	13.119			289.877
Não circulante	2.163.292			1.981.256

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais			Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2022	31/12/2021		
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 107%	a 3.959.118	1.391.713	2019 a 2028	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,66% a 5,05%	b 652.891	888.485	2017 a 2027	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(15.530)	(9.066)		
Total mensuradas ao custo		4.596.479	2.271.133		
Total		4.596.479	2.271.133		

Taxa efetiva a.a.:

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,98% a 5,30%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2024	228.634
2025	54.119
2026	3.246.630
2027	432.312
2028	374.690
Total	4.336.384

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Taxa efetiva anual
		em 2022	Liquido dos gastos de captação				
Moeda nacional - CDI							
11ª Emissão	750.000	750.000	747.828	Semestral	2 parcelas anuais a partir de dezembro de 2027	(a)	CDI + 1,59%
12ª Emissão	3.192.000	3.192.000	3.185.250	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	(a)	CDI + 1,20%
	3.942.000	3.942.000	3.933.078				

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2022 foram liquidadas antecipadamente R\$ 749.831 em debêntures, cujo os vencimentos originais eram até maio de 2024.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

18.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest dois planos, com as seguintes características:

1) PPCPFL – Plano de benefício misto (fechado para adesões)

a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.263.349	7.159.489
Valor justo dos ativos do plano	(4.980.780)	(5.180.252)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	1.282.569	1.979.237
Efeito da conversão para dívida financeira *	180.005	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	1.462.574	1.979.237

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2020	7.138.641	(4.980.047)
Custo do serviço corrente bruto	1.676	-
Rendimento esperado no exercício	-	(371.807)
Juros sobre obrigação atuarial	530.180	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(269.954)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(134.472)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(1.812)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	66.832	-
Benefícios pagos no exercício	<u>(576.028)</u>	<u>576.028</u>
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2021	7.159.489	(5.180.252)
Custo do serviço corrente bruto	1.399	-
Rendimento esperado no exercício	-	(476.809)
Ganho/Perda decorrente de conversão voluntária de renda *	(490.946)	382.478
Juros sobre obrigação atuarial	645.392	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(428.876)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	25.671
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(45)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(354.932)	-
Benefícios pagos no exercício	<u>(697.008)</u>	<u>697.008</u>
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	6.263.349	(4.980.780)

* Conforme descrito na nota 18.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.

18.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo atuarial líquido no início do exercício	1.979.237	2.158.594
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	241.519	160.049
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(428.876)	(269.954)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	25.671	(134.472)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(45)	(1.812)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(354.932)	66.832
Transferência de dívida atuarial para dívida financeira *	(180.005)	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício	1.282.569	1.979.237
Conversão para dívida financeira	180.005	
Outras contribuições	7.248	7.988
Total passivo	1.469.822	1.987.225
Circulante	451.846	376.894
Não circulante	1.017.976	1.610.332

* processo de conversão voluntária, descrito anteriormente.

18.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2023 estão apresentadas no montante de R\$ 524.001.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2023	578.348
2024	616.635
2025	629.236
2026	640.871
2027 a 2032	4.013.047
Total	<u>6.478.137</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,3 anos.

18.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas reconhecidas em 2022 e 2021, são como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	903	1.399	1.676
Efeito da conversão voluntária de renda *	-	71.537	-
Juros sobre obrigações atuariais	620.717	645.392	530.180
Rendimento esperado dos ativos do plano	(514.680)	(476.809)	(371.807)
Total da despesa (receita)	<u>106.940</u>	<u>241.519</u>	<u>160.049</u>

* Na rubrica de Despesas (receitas) reconhecidas no resultado em 2022, R\$ 71.537 refere-se à perda decorrente do processo de conversão de renda atuarial vitalícia para renda financeira. Essa perda ocorre principalmente em função da diferença de metodologia de cálculo do passivo atuarial para fins das demonstrações financeiras e para fins de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano, a conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2022 foi de aproximadamente 9%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão e a data final da adesão foi 31 de janeiro de 2023.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,48% a.a. (*)	6,40% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,0% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,0% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Mercer Disability (-50)	Light frac (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2013 a 2021	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Renda fixa	75%	69%
Títulos públicos federais	37%	38%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Outros investimentos de renda fixa	36%	28%
Renda variável	17%	26%
Fundos de investimento em ações	17%	26%
Investimentos estruturados	3%	1%
Fundos de investimento multimercado	3%	1%
Cotados em mercado ativo	95%	96%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	3%	2%
Depósitos judiciais e outros	3%	2%
Não cotados em mercado ativo	5%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta 2023</u>
Renda fixa	83,9%
Renda variável	13,1%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	1,4%
Investimentos estruturados	0,2%
	100,0%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability *Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 132.009 (redução de R\$ 139.848).
- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 170.303 (aumento de R\$ 149.301).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*").

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.695	1.453
Conta de desenvolvimento energético - CDE	28.645	28.645
Bandeiras tarifárias e outros	7	234.928
Total	<u>30.347</u>	<u>265.027</u>

Bandeiras tarifárias e outros – O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	34.118
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	12.632
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>-</u>	<u>46.750</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	11.633	375.606
Programa de integração social - PIS	12.615	6.423
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	59.795	30.235
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	19.800	5.516
Transação Tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada	18.055	-
Outros	19.936	18.353
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>141.833</u>	<u>436.134</u>
Total Circulante	<u>141.833</u>	<u>482.883</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	28.772	24.309
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	11.547	7.692
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>40.319</u>	<u>32.001</u>
Transação Tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada	1.007.138	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>1.007.138</u>	<u>-</u>
Total Não circulante	<u>1.047.457</u>	<u>32.001</u>

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS – a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Sefaz/SP de créditos acumulados de ICMS (arts. 73 e seguintes do RICMS).

Transação tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a Companhia e a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME nº 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN nº 10.826, de 22 de dezembro de 2022, referente aos processos relacionados às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de previdência dos funcionários da Companhia perante a Fundação

CESP (atual "Vivest"), A administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual estágio de discussão do processo, possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela Companhia nos autos das Execuções Fiscais foram utilizados para a amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data base 1 de novembro, 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.025.193. Como parte do acordo, referido saldo deverá ser pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, com a possibilidade de utilização de títulos precatórios federais próprios ou de terceiros para tal liquidação (total ou parcial). Com relação às garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.814.280, serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação.

Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a Companhia adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	93.078	21.614	74.415	21.258
Cíveis	93.154	6.257	79.403	7.262
Fiscais				
Imposto de renda	-	-	-	264.117
Outros	11.569	81.043	10.950	98.745
	<u>11.569</u>	<u>81.043</u>	<u>10.950</u>	<u>362.861</u>
Regulatórios	11.279	-	386	-
Total	<u>209.080</u>	<u>108.914</u>	<u>165.153</u>	<u>391.381</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	74.415	24.026	(2.524)	(11.371)	8.532	93.078
Cíveis	79.403	52.440	(7.468)	(45.279)	14.059	93.154
Fiscais	10.950	541	(567)	(168)	813	11.569
Regulatórios	386	10.525	-	-	368	11.279
Total	<u>165.153</u>	<u>87.532</u>	<u>(10.559)</u>	<u>(56.819)</u>	<u>23.772</u>	<u>209.080</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS; e
- d. **Regulatórios** - os processos regulatórios estão relacionado a não conformidades na prestação do serviço de distribuição.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	81.481	100.232	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	557.056	508.480	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos
Fiscais	144.071	1.648.129	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	592.596	464.435	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	60.918	32.420	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u>1.436.122</u>	<u>2.753.695</u>	

Fiscais – Conforme divulgado na nota 20 (Impostos, taxas e contribuições a recolher), em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada a Transação Tributária referente aos processos judiciais do Plano de Pensão – CPFL Paulista, nos quais é discutida a dedutibilidade para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (“Vivest”). Desta forma, o montante referente aos processos judiciais foi registrado na rubrica de Impostos a Recolher, no montante de R\$ 1.025.193.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	145.585	74.143	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	173.705	172.468	4.307	15.490
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	75.542	106.246	20.102	6.602
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	21.882	31.461	-	-
Adiantamentos	95.763	90.367	2.888	4.322
Juros sobre empréstimo compulsório	-	161	-	-
Folha de pagamento	8.299	6.535	-	-
Participação nos lucros	35.348	29.855	11.748	7.469
Convênios de arrecadação	54.637	51.389	-	-
Outros	9.641	20.666	2.551	1.524
Total	620.402	583.291	41.596	35.408

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à Conta de desenvolvimento energético (“CDE”) em favor da modicidade tarifária.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Descontos tarifários – CDE: refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S.A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

23.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,78 vezes o EBITDA em 2022 (2,50 vezes em 2021), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

23.2 – Aumento de capital

Através da AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2021, sem emissão de novas ações.

23.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de (i) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 1.139.828, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 1,294298134.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2022:

Na AGE de 30 de dezembro de 2022, foi aprovada a declaração de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no valor de R\$ 132.000, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022.

Dividendo mínimo obrigatório proposto no montante de R\$ 55.957, que será deliberado na AGO em abril de 2023.

No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 1.139.828 referente a dividendos e R\$ 31.260 referente a Juros sobre capital próprio, totalizando R\$ 1.171.088.

23.4 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 91.818.

23.5 - Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.021.802, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 272.158, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 484.672 e (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro R\$ 264.972.

23.6 – Resultado abrangente acumulado

É composto por:

- (i) entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.281.205 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- (ii) efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários com saldo credor de R\$ 465 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48.

23.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2022</u>
Lucro líquido base para destinação	707.238
Reserva legal	(34.609)
Reserva de lucros a realizar	(484.672)
Dividendo mínimo obrigatório	(55.957)
Juros sobre capital próprio	(132.000)

Considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 484.672 à Reserva de lucros a realizar, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão, em função da aplicação do CPC 47 eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	707.238	1.312.746
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	0,80	1,49

Nos exercícios de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.494.016	4.393.554	10.043	10.204	8.249.003	8.684.794
Industrial	24.829	25.463	1.846	2.009	1.378.980	1.496.813
Comercial	234.603	234.686	3.657	3.633	2.985.681	2.940.658
Rural	73.206	80.526	1.025	1.253	644.269	727.652
Poderes públicos	29.951	29.252	682	613	528.009	465.550
Iluminação pública	6.819	6.661	1.002	1.014	504.745	542.367
Serviço público	5.312	5.297	1.120	1.249	780.193	845.992
Fornecimento faturado	4.868.736	4.775.439	19.375	19.975	15.070.879	15.703.825
Consumo próprio	467	466	22	21	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	52.958	(97.086)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(6.851.272)	(6.619.814)
Fornecimento de energia elétrica	4.869.203	4.775.905	19.396	19.995	8.272.565	8.986.925
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			85	180	39.468	60.924
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(13.264)	(11.014)
Energia elétrica de curto prazo			4.007	2.497	239.742	635.296
Suprimento de energia elétrica			4.092	2.677	265.946	685.206
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					6.864.536	6.630.828
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					2.365.487	2.114.886
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(33.884)	(38.320)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					2.042.451	1.295.868
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					(103.255)	1.516.155
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					743.869	463.004
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					735.810	620.946
Outras receitas e rendas					315.671	262.295
Outras receitas operacionais					12.930.685	12.865.662
Total da receita operacional bruta					21.469.196	22.537.792
Deduções da receita operacional						
ICMS					(2.274.438)	(3.232.004)
PIS					(253.852)	(318.096)
COFINS					(1.248.377)	(1.467.962)
ISS					(985)	(996)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(2.731.044)	(1.834.715)
Programa de P & D e eficiência energética					(121.213)	(134.901)
PROINFA					(150.756)	(96.104)
Bandeiras tarifárias e outros					229.491	(205.068)
Outros					(19.613)	(16.411)
					(6.570.788)	(7.306.257)
Receita operacional líquida					14.898.408	15.231.535

25.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquida no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

25.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em abril de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 08 de abril até 07 de abril do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.058, relativa à revisão tarifária extraordinária - RTE, que reduziu a tarifa e o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 2,44%.

Em 05 de abril de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.018, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em,12,77%, sendo 11,54% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,23% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 14,97%.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 2.854, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em,17,62%, sendo 19,53% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,91% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,95%.

Como o reajuste tarifário foi postergado até o dia 22 de abril de 2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2.831/2021, para que fossem finalizados os cálculos pela ANEEL, as tarifas apresentadas na Resolução Homologatória nº 2.670/2020 ficaram vigentes até o dia 21 de abril de 2021.

25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2022, foi registrada receita de R\$ 735.810 (R\$ 620.946 em 2021), sendo: (i) R\$ 113.196 (R\$ 83.823 em 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 492.227 (R\$ 468.794 em 2021) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 130.387 (R\$ 68.329 em 2021) de subvenção CCRBT.

25.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a abril de 2022.

A REH nº 3.034, de 26 de abril de 2022, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2022.

E, criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a CDE Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, e os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

25.5 Redução das alíquotas de ICMS nas tarifas de energia elétrica:

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	4.589	4.686	1.337.278	1.658.044
PROINFA	469	493	273.077	170.233
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	22.133	21.356	4.986.642	6.624.864
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(585.553)	(743.352)
Subtotal	27.191	26.535	6.011.442	7.709.789
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			1.482.134	1.259.406
Encargos de transporte de itaipu			127.791	134.987
Encargos de conexão			43.578	32.832
Encargos de uso do sistema de distribuição			24.893	21.402
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			242.218	1.011.854
Encargos de energia de reserva - EER			333.477	79.112
Crédito de PIS e COFINS			(208.500)	(234.909)
Subtotal			2.045.592	2.304.686
Total			8.057.034	10.014.475

(*) Conta de energia de reserva

A redução do custo com energia adquirida para revenda no ano de 2022 está associada principalmente ao menor acionamento de usinas térmicas (contratos por disponibilidade) e ao PLD em níveis mínimos, em comparação ao mesmo período de 2021.

A Redução no custo com ESS deve-se a grande melhora do cenário energético que reduziu o acionamento de usinas termelétricas no ano de 2022.

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal	330.930	300.826	-	-	48.247	44.311	102.141	90.187	-	-	481.319	435.325
Entidade de previdência privada	241.519	160.049	-	-	-	-	-	-	-	-	241.519	160.049
Material	104.735	78.607	794	668	692	525	7.428	5.576	-	-	113.650	85.374
Serviços de terceiros	205.667	160.358	1.851	3.195	130.615	133.066	125.740	142.392	-	-	463.872	439.011
Custos com construção da infraestrutura	-	-	2.042.451	1.295.868	-	-	-	-	-	-	2.042.451	1.295.868
Outros	1.845	2.440	61	2.933	41.289	43.720	325.927	110.265	50.646	19.604	419.768	178.963
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	40.825	43.807	-	-	-	-	40.825	43.807
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	8.726	7.049	-	-	8.726	7.049
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	309.416	90.920	-	-	309.416	90.920
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	47.753	16.502	47.753	16.502
Outros	1.845	2.440	61	2.933	464	(87)	7.786	12.297	2.893	3.102	13.049	20.685
Total	884.696	702.280	2.045.157	1.302.663	220.843	221.622	561.237	348.420	50.646	19.604	3.762.579	2.594.590

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	93.449	32.039
Acréscimos e multas moratórias	167.642	162.089
Atualização de créditos fiscais	397.847	24.382
Atualizações monetárias e cambiais	49.172	102.370
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	28.223	6.803
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	170.648	34.616
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(38.938)	(21.420)
Outros	(20.146)	38.181
Total	<u>847.898</u>	<u>379.060</u>
Despesas		
Encargos de dívidas	(516.907)	(222.455)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.253.727)	(325.411)
(-) Juros capitalizados	22.695	15.495
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(23.999)	-
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(280.119)	-
Outros	(43.503)	(56.247)
Total	<u>(2.095.560)</u>	<u>(588.618)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.247.662)</u>	<u>(209.558)</u>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 517.310 (R\$ 26.466 em 2021) (nota 32).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2022 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as

regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2022 conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 13.314 (R\$ 6.143 em 2021). Este valor é composto por R\$ 11.995 (R\$ 5.608 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 127 (R\$ 127 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.192 (R\$ 408 em 2021) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	5.063	4.042	2.125	2.056	-	-	(34.562)	(26.025)
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	903	546	-	-	2.957	2.750	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	168.157	31.260	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	1.098	-	-	-	6.776	71
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	1.481	20.442	40.933	38.512	132	2.764	424.960	366.618
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.141	2.248	145.842	143.781	31.615	26.528	1.343.422	1.282.380
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	162.386	142.697
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (**)	-	-	1.120.000	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	24.394	-	4.638	-	1.134	1.201

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 37.979 no exercício (R\$ 35.199 em 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(**) Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R\$ 3.192.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo o prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A o montante de R\$ 1.120.000 MM.

(30) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	238.224
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	523.136
Garantia	Seguro Garantia	2.038.145
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		3.132.504

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;

- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia

possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	1.251.307	1.251.307
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	600.000	600.000
Derivativos	32	(a)	Nível 2	207.421	207.421
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	7.772.666	7.772.666
Total				9.831.395	9.831.395
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	2.573.684	2.572.461
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	2.428.480	2.428.480
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	4.596.479	4.536.613
Derivativos	32	(a)	Nível 2	32.578	32.578
Total				9.631.220	9.570.131

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 8.395 em 2022 (um ganho de R\$ 6.185 em 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	192.408	(14.350)	178.058	208.175	(30.118)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,99%) ou (2,39% a 3,66%)	106,4% ou CDI + 0,80% a 1,05%	fev/23 a out/25	1.120.822
Empréstimos bancários - Lei 4.131	15.013	(18.228)	(3.215)	236	(3.450)	Euro + 0,43% a 0,57%	CDI + 0,58 a 1,10%	fev/23 a mar/23	1.100.880
Total	207.421	(32.579)	174.843	208.411	(33.568)				
Circulante	143.474	(18.228)							
Não circulante	63.947	(14.350)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide notas 16.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Saldo em 31/12/2022
			Liquidação	
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	672.448	(510.020)	45.983	208.411
Marcação a mercado (*)	(28.923)	(4.645)	-	(33.568)
Total	643.526	(514.666)	45.983	174.843
Ativo circulante	212.159			143.474
Ativo não circulante	431.367			63.947
Passivo circulante	-			(18.228)
Passivo não circulante	-			(14.350)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2022 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2022 e 2021 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2022	2021	2022	2021
Varição cambial	(510.020)	37.785	-	-
Marcação a mercado	(7.290)	(64.251)	2.645	7.229
Total	(517.310)	(26.466)	2.645	7.229

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia classifica o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício em 2022 de R\$ 767.121 (R\$ 476.860 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 25.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos

indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.317.903)		(105.832)	250.102	606.036
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.334.410		107.157	(253.234)	(613.626)
	16.507	baixa dolar	1.325	(3.132)	(7.590)
Instrumentos financeiros passivos	(1.110.577)		(112.279)	193.435	499.149
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.112.002		112.423	(193.683)	(499.789)
	1.425	baixa euro	144	(248)	(640)
Total	17.932		1.469	(3.380)	(8.230)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			78	(185)	(449)
Efeitos no resultado do exercício			1.390	(3.195)	(7.781)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2022 foi de R\$ 5,22 para o dólar e R\$ 5,57 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,64 e R\$ 6,13 e a depreciação cambial de 8,03% e 10,11%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.830.625				255.006	318.758	382.509
Instrumentos financeiros passivos	(4.659.846)				(649.117)	(811.396)	(973.675)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.271.569)				(316.430)	(395.537)	(474.644)
	(5.100.790)	alta CDI	13,65%	13,93%	(710.541)	(888.175)	(1.065.810)
Instrumentos financeiros passivos	(2.538.566)				(167.292)	(125.469)	(83.646)
Ativo financeiro da concessão	7.772.666				512.219	384.164	256.109
	5.234.100	baixa IPCA	5,79%	6,59%	344.927	258.695	172.463
Ativos e passivos financeiros setoriais	88.751				12.363	9.272	6.182
	88.751	baixa SELIC	13,65%	13,93%	12.363	9.272	6.182
Total	222.061				(353.251)	(620.208)	(887.165)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					(38)	(47)	(57)
Efeitos no resultado do exercício					(353.213)	(620.161)	(887.108)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em

um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 32 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 32b). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.388.271	12.933	-	-	-	-	1.401.204
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	8.739	1.614.575	932.998	2.938.141	1.501.158	-	6.995.612
Derivativos	32	-	18.228	-	14.350	-	-	32.579
Debêntures - principal e encargos	17	64.960	15.043	309.100	505.149	3.835.689	441.480	5.171.422
Taxas regulamentares	19	30.347	-	-	-	-	-	30.347
Outros	22	13.052	189.948	19.105	-	-	-	222.104
Consumidores e concessionárias		13.052	132.534	-	-	-	-	145.585
EPE / FNDCT / PROCEL		-	2.777	19.105	-	-	-	21.882
Convênio de arrecadação		-	54.637	-	-	-	-	54.637
Total		1.505.369	1.850.728	1.261.203	3.457.640	5.336.847	441.480	13.853.268

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2022, um valor de R\$ 22.695 (R\$ 15.495 em 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

Ainda em 2022, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 mesmo período de 2021), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2021.

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 5 anos	7.150.367	12.545.311	11.193.717	30.889.395
Compra de energia de Itaipu	Até 5 anos	908.988	1.853.004	1.748.382	4.510.375
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 5 anos	1.880.465	4.144.042	4.063.383	10.087.890
Projetos de construção de subestação	Até 3 anos	434.081	134.972	-	569.053
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	365.892	135.272	22.211	523.375
Total		10.739.793	18.812.602	17.027.692	46.580.087

(35) EVENTO SUBSEQUENTE

35.1 Novas captações

Em 17 de fevereiro de 2023, houve a liberação referente financiamento Lei nº 4.131, no montante de R\$ 1.101.000 com encargos financeiros anual JPY + 1,20%, pagamento de juros semestrais e amortização em janeiro de 2026, para reforço de capital de giro e pré-pagamento de dívida.

35.2 Conversão de renda vitalícia para financeira

Encerrou-se em 31 de janeiro de 2023 o prazo para conversão voluntária de renda vitalícia para financeira para os planos previdenciários da Companhia (nota 18.1). O percentual estimado de conversão foi de 9% e os impactos finais desse processo ainda estão em fase de mensuração pela Companhia.

35.3 Evento subsequente – Decisão do STF sobre causas tributárias:

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

LUIZ HENRIQUE DE SOUZA
Conselheiro

DIRETORIA

ROBERTO SARTORI
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6



Companhia Paulista de Força e Luz

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paulista de Força e Luz

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

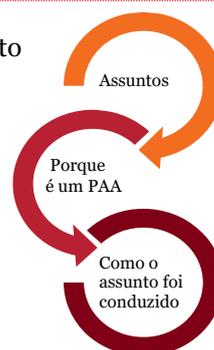
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Força e Luz em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



**Reconhecimento de receita de energia
fornecida, mas não faturada
(Notas 3.9 e 7)**

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2022 somava R\$ 738.623 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.

Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo, confrontando o volume de total de consumo de energia menos o volume faturado com o volume não faturado considerado como premissa para a estimativa da administração, e efetuamos teste de valorização com as tarifas por consumidor para volume alocado pela administração e confrontamos com os valores reconhecidos de receita.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

**Transação tributária relacionada a
contencioso judicial – dívida
previdência privada (Nota explicativa
20)**

Em 27 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou acordo de transação tributária com a Procuradoria da Fazenda Nacional ("PGFN"), referente a contencioso judicial acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), relativa ao plano de previdência dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP, gerando, após a extinção dos processos judiciais em andamento, uma obrigação a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.025.193 mil.

Devido à relevância do saldo, esforço de auditoria na avaliação deste assunto e a natureza do acordo, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Discutimos com a Administração e a Governança o processo para o acordo da transação tributária relacionada ao contencioso judicial.

Solicitamos opinião dos assessores jurídicos que patrocinavam as causas do referido contencioso judicial, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos de perda, as argumentações apresentadas e a existência de jurisprudências.

Com o apoio de nossos especialistas em assuntos tributários, avaliamos os termos do acordo da transação tributária entre a Companhia e a PGFN e seus respectivos registros contábeis.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras em relação ao acordo firmado com a PGFN estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Paulista de Força e Luz**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Campinas, 15 de março de 2023.

Atenciosamente,

Roberto Sartori
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações
com com Investidores